

Após denúncias, Lula troca a ministra da Mulher

Cida Gonçalves foi exonerada após reclamações de assédio

Por Karoline Cavalcante

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) realizou mais uma mudança em sua equipe ministerial nesta segunda-feira (5). Cida Gonçalves foi exonerada do comando do Ministério das Mulheres e, em seu lugar, assumiu a assistente social Márcia Lopes. A posse aconteceu pela manhã, em cerimônia no Palácio do Planalto, com a presença da ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. A nomeação foi oficializada em edição extra do Diário Oficial da União no mesmo dia.

Nas redes sociais, Márcia expressou ter aceitado o convite do presidente com “alegria e um profundo senso de responsabilidade”.

“Assumo essa missão com humildade, coragem e o compromisso de toda uma trajetória dedicada à justiça social, à defesa dos direitos humanos e à construção de políticas públicas que transformam vidas, especialmente a vida das mulheres neste país”, publicou Lopes em seu Instagram.

Assédio

A saída de Cida ocorre em meio a denúncias de assédio moral no ministério. Segundo informações reveladas pelo Estadão, no final de janeiro, a Controladoria-Geral da União (CGU) enviou à Comissão de Ética Pública da Presidência da República cinco queixas formais contra a então ministra e parte de sua equipe.

Os relatos incluíam ameaças de demissão, exigências de trabalho incompatíveis com os prazos estipulados, comportamentos agressivos e atitudes discriminatórias.



12ª mudança: sai Cida, entra Márcia no Ministério da Mulher

As denúncias foram acompanhadas por dossiês e gravações feitas por servidoras e o caso chegou a ser tratado na Comissão de Ética, sendo, no entanto, arquivado em fevereiro deste ano. Ainda assim, o desgaste político pesou, e Lula chegou a se reunir com Cida na última sexta-feira (2), antes de anunciar oficialmente a substituição.

Embora possua um orçamento limitado, o Ministério da Mulher ocupa um papel simbólico no governo, que busca reforçar ações políticas em defesa da equidade de gênero.

A movimentação também ocorre em um momento sensível: pesquisa Genial/Quaest divulgada em abril mostrou aumento da insatisfação feminina com o governo federal. Entre as mulheres entrevistadas, 53% reprovam a gestão Lula (antes era 47%), enquanto 43% aprovam (eram 49%). Ou seja, Lula perdeu o apoio da maioria das mulheres.

Márcia Lopes

Filiada ao Partido dos Trabalhadores desde 1982, a paranaense Márcia Helena Carvalho Lopes, de 67 anos, já ocupou outros cargos políticos. Em 2000, foi eleita a vereadora mais votada de Londrina (PR) pela sigla. Além disso, integrou o governo federal em gestões anteriores. Em 2010, foi nomeada por Lula para comandar o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Antes disso, já havia sido Secretária Nacional de Assistência Social da pasta, entre 2004 e 2008. Em 2022, integrou a equipe de transição do presidente Lula, no grupo de assistência social.

Márcia é também irmã de Gilberto de Carvalho, secretário Nacional de Economia Popular e Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. Gilberto foi chefe de gabinete durante os dois primeiros mandatos de Lula

e ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República no governo Dilma Rousseff (PT).

Reforma ministerial

A troca de Cida Gonçalves marca mais um capítulo da reforma ministerial conduzida pelo presidente Lula. Desde o início de 2023, esta é a 12ª mudança na Esplanada. Na última sexta-feira (2), Carlos Lupi (PDT) deixou oficialmente o cargo de ministro da Previdência Social, que foi assumido por Wolney Queiroz (PDT), após denúncias de descontos indevidos em benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Pastas como Saúde, Comunicações, Relações Institucionais, Direitos Humanos, Turismo, Esportes, Portos e Aeroportos, Justiça, Segurança Institucional e a Secretaria de Comunicação Social também passaram por mudanças.

STF julga “núcleo quatro” do golpe nesta terça-feira

Por Karoline Cavalcante

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) inicia, nesta terça-feira (6), o julgamento da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o chamado “núcleo quatro”, acusado de suposta tentativa de golpe de Estado em 2022. O grupo é formado por sete pessoas, que seriam responsáveis por disseminar desinformação com o objetivo de desacreditar as urnas eletrônicas e propagar notícias falsas relacionadas ao processo eleitoral brasileiro. O julgamento ocorrerá em duas sessões: às 9h30 e às 14h, podendo ser retomado na quarta-feira (7), caso necessário.

De acordo com o procurador-geral da República, Paulo Gonet, o núcleo utilizava a estrutura da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e do Palácio do Planalto durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para produzir e divulgar desinformação contra opositores, principalmente por meio das redes sociais.

Os sete acusados respondem pelos crimes de tentativa de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, tentativa de golpe de Estado, envolvimento em organização criminosa armada, dano qualificado e deterioração de patrimônio tombado. Se condenados, as penas somadas podem ultrapassar 30 anos de prisão.



Alexandre de Moraes é o relator da ação sobre golpe

O julgamento será conduzido pelos ministros da Primeira Turma. A sessão começará com a leitura de um resumo do caso pelo relator, ministro Alexandre de Moraes. Depois, Gonet fala em nome da acusação e é seguido pelos advogados de defesa dos acusados. Também compõem a Turma: Flávio Dino, Cristiano Zanin, Carmen Lúcia e Luiz Fux. Caberá aos juízes decidir se aceitam ou não a denúncia. Caso a denúncia seja aceita, os acusados se tornarão réus e passarão a responder criminalmente.

O grupo é formado por: Ailton Gonçalves Moraes Bar-

ros e Ângelo Martins Denicoli, maiores da reserva do Exército; Carlos Cesar Moretzsohn Rocha, engenheiro e presidente do Instituto Voto Legal; Giancarlo Gomes Rodrigues, subtenente do Exército; Guilherme Marques de Almeida, tenente-coronel do Exército; Marcelo Araújo Bormevet, agente da Polícia Federal; e Reginaldo Vieira de Abreu, coronel do Exército.

Julgamento

No total, 40 pessoas foram indiciadas pela Polícia Federal. Para acelerar a tramitação do caso, o procurador-geral da República optou por “fatiar” a

denúncia, enviando ao STF a análise dividida em cinco núcleos distintos, conforme o tipo de envolvimento de cada acusado no planejamento do golpe.

Em 26 de março deste ano, o Supremo acatou, por unanimidade, a denúncia contra o “núcleo um”, também conhecido como “núcleo crucial”, composto por Jair Bolsonaro e outros sete envolvidos que foram os principais articuladores da trama. Já em 22 de abril, a Corte aceitou, com o mesmo resultado, a denúncia contra seis acusados do “núcleo dois”, responsáveis pela parte de gerenciamento de ações elaboradas da organização.

Núcleo 3

O núcleo três, composto por responsáveis pelo planejamento de “ações táticas”, acontecerá posteriormente ao núcleo quatro, com julgamento previsto para 20 e 21 de maio. Este grupo é formado por 11 militares do Exército e um policial federal. Por fim, há o “núcleo cinco”, composto por apenas uma pessoa: Paulo Renato de Oliveira Figueiredo Filho, economista e neto de João Figueiredo, último ex-presidente durante a ditadura militar. No entanto, essa análise ainda não foi agendada.

Embora não haja um prazo definido, a expectativa é de que a Suprema Corte busque evitar que a situação se estenda até 2026, ano eleitoral.

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Vieira apresentou projeto que reduz condenações

Senador aposta em acordo para redução de penas

Autor de projeto que diminui penas para condenados pelo 8 de Janeiro que não participaram da articulação golpista, o senador Alessandro Vieira (MDB-SE) diz estar otimista com a possibilidade de um acordo em torno do tema.

Ele negou que faça parte de alguma comissão encarregada de discutir o assunto e que contaria também com os senado-

res Sérgio Moro (União-PR) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), mas afirma que sua proposta representa um caminho “técnico e oportuno” para superar o impasse.

Em sua avaliação, Pacheco parece ser o encarregado pelo presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), para formular uma saída que seja aceita também pelo Supremo Tribunal Federal.

Jurisprudência

Vieira ressalta que seu projeto não concede anistia para ninguém e nem favorece acusados de pela articulação golpista, apenas reconhece pontos já consagrados pelo próprio STF: individualização das penas e não condenação dupla por um mesmo ato cometido pelo acusado.

Duplicidade

Assim, acusados de tentativa de abolição do Estado de Direito e de Golpe de Estado seriam condenados apenas por este último, que tem penas mais duras. Seguiria a lógica de condenar um assassino por homicídio e não também por tentativa de homicídio da mesma vítima.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados



Zucco é um dos líderes que estarão na reunião

Oposição tem encontro com Motta para forçar anistia

Envolvida também com a proposta de CPI para apurar o escândalo dos descontos irregulares no INSS, a oposição não larga o pé do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB): quer forçar a votação do projeto de anistia.

Hoje, três líderes na Câmara irão a um encontro com Motta: a da Minoria,

Caroline de Toni (PL-SC); o da Oposição, Zucco (PL-RS); e o do PL, Sôstenes Cavalcante (RJ).

Semana passada, Motta alegou a necessidade de viajar e conseguiu escapar de uma agenda com Sôstenes; hoje vai ser mais complicado. O presidente da Câmara ganha tempo até que seja fechado um acordo com o STF

Rejeição

O acordo desejado por Motta iria no caminho da proposta de Vieira — diminuição de penas para os que participaram das depredações de 08/01 e punição pesada para os acusados de planejar o golpe, como Jair Bolsonaro. O PL, claro, não gosta desta saída.

Cuidado

A conversa com o STF procura não permitir que haja um esvaziamento do caráter golpista do 8 de Janeiro, algo que favoreceria os líderes da trama — estes poderiam alegar que apenas traçaram cenários e não praticaram atos de violência como os punidos pela lei.

Digitais

Parte da oposição ficou preocupada ao saber, pelo Correio Bastidores, que o governo Jair Bolsonaro assinou pelo menos nove acordos com entidades acusadas de desviar dinheiro de aposentados. Os convênios permitiram o desconto em vencimentos de segurados do INSS.

Jeitinho

O PL vai insistir na criação de uma CPI para investigar o caso — avalia que não pode abrir mão de um tema tão popular e que, outra vez, associa um governo petista à corrupção. Mas quer tentar dar um jeito de evitar que as chamadas cheguem até Bolsonaro e auxiliares.